

# Práticas de Normalização da Violência da Volkswagen do Brasil na Ditadura Civil Militar Brasileira

*Marcelo Almeida de Carvalho Silva\**

Boa tarde a todos e a todas. Não dá pra começar sem agradecer o convite da Victoria Basualdo e do Pablo Ghigliani, principalmente o empenho pra que eu tivesse aqui. Realmente fiquei lisonjeado com o interesse pelo trabalho, com a proposta do encontro, e realmente o empenho pra que eu estivesse aqui, agradeço a todos os colegas pela acolhida, Juan Luis Besoky, Alejandro e a todo mundo. Com a mesma intensidade que eu agradeço essa acolhida, eu peço desculpas porque eu vou fazer a minha exposição em português, mas acreditem que vai ser a forma mais fácil de vocês me entenderem. Passaram por este encontro alguns historiadores, sociólogos e advogados, mas eu sou administrador e trabalho com práticas de gestão, práticas empresariais, ou trabalhava. Vocês vão ver que estou afirmando isso não apenas por um salvo conduto, mas que isso influencia diretamente no meu objeto de estudo e na minha pesquisa.

Essa é uma pesquisa feita buscando entender as práticas da Volkswagen no contexto da ditadura civil-militar brasileira. É uma pesquisa muito extensa que deriva da minha tese de doutorado, então fica muito extensa, toda vez que eu tento apresentá-la sempre passa do tempo ou tem que, de alguma forma, terminar a minha fala um pouco antes porque ela é realmente uma pesquisa muito extensa. Aqui eu fiz um recorte, justamente tentar apresentar, dentro dessa pesquisa, aquilo que eu

---

\* UFRJ, Brasil

acredito que vai mais ao encontro do tema proposto, que é justamente essa questão da vigilância e da inteligência da fábrica, que a fábrica fazia em relação aos seus trabalhadores.

Preparei uma apresentação, que não é muito extensa, não é muito detalhada, mas que talvez ajude a ilustrar um pouco a minha fala. A Volkswagen em termos de empresa ela dispensa um pouco apresentações, é uma empresa do conhecimento de todos. No Brasil ela começa sua operação em 1953, com a montagem de veículos, então vinham peças da Alemanha. E ela vem com um financiamento de mais ou menos oitenta por cento da matriz da Alemanha e vinte por cento de um grupo privado brasileiro chamado Monteiro Aranha. Em 1957, a partir do governo de Juscelino, há muito incentivo para a criação das indústrias automobilísticas, a Volkswagen, por um determinado momento, ela se vê numa encruzilhada de decidir se vai investir na abertura de uma fábrica no Brasil ou não, dada a quantidade de incentivos que essas empresas recebiam para produzirem carros com até 95% de nacionalização, ela decide pela construção dessa fábrica que começa a operar ainda que parcialmente em 1957 e depois totalmente.

A Volkswagen, nesse período dos anos sessenta, setenta, indústria automobilística brasileira, ela é a indústria chamada de carro-chefe da economia, ela é a indústria que vai guiando, vai levando toda a economia. Tem uma afirmação do ex-presidente da Volkswagen, o Wolfgang Sauer, que ele diz que a Volkswagen, em determinado momento, respondia por um por cento do PIB nacional, só pra ter uma ideia da importância que ela tinha. Um por cento do PIB nacional só a Volkswagen. E com isso ela se tornava, na época da ditadura, muito estratégica, o setor automobilístico como um todo se tornava muito estratégico e a Volkswagen, principalmente. Por isso que ela atraía tanto a atenção dos órgãos de repressão, do governo de uma forma geral. Em 2011 é criada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade que no ano 2013 começou a trabalhar. Meados de 2014, mais ou menos em junho, começa a circular na imprensa reportagens de que a Comissão Nacional da Verdade investigava empresas que tinham apoiado a ditadura. Para um administrador e pra mim isso era uma completa e total novidade. Minha orientadora, é uma historiadora, a

gente começou a investigar esses casos, começou a coletar essas reportagens. No final de 2014 saiu o relatório final da Comissão Nacional da Verdade que não explicita, não aprofunda muito nessa relação entre empresas e ditadura. Tem uma frase que está no livro do escritor Elio Gaspari, que era ‘a Ultragas, que é uma outra empresa, fornecia caminhões, e a Volkswagen fornecia carros para a Oban’, a Operação Bandeirante, que era uma operação, um grupo clandestino de repressão e tortura entre os trabalhadores. Passado mais ou menos um ano, em 2015, o grupo de trabalhadores coordenados por uma instituição chamada IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – comanda o grupo de ex-trabalhadores da Volkswagen pra entrar com uma representação no Ministério Público, dialogando com a mesa que tivemos ontem em termos de judicialização pra entrar com uma representação pública contra a Volkswagen por crimes de direitos humanos e tortura de seus trabalhadores. Em 2016, logo depois que sai essa representação, o historiador da Volkswagen, Manfred Griger, vai ao Brasil e aí ele diz que precisa ser investigado, ele se coloca muito favorável a que isso seja aprofundado, que isso seja investigado. Em 2016 esse historiador é demitido, ele é desligado da Volkswagen, e a Volkswagen contrata outro historiador alemão, Christopher Kopper, pra fazer uma pesquisa e elaborar um relatório pra, enfim, investigar esse caso. Em dezembro de 2017, o Kopper publica o relatório dele numa cerimônia lá em São Bernardo do Campo, da qual os trabalhadores foram convidados mas não participaram, fizeram questão de não participar por um propósito de manifestar contra aquele relatório, alegando que aquele relatório era uma visão parcial unicamente da empresa. O relatório é publicado, tá disponível no site da Volkswagen na versão em alemão e na versão em português. Mais ou menos do momento da representação, que eu falei em 2015, até o relatório Kopper, em 2017, foi quando eu fiz a minha pesquisa, isso ocorreu em paralelo. Algumas informações a gente ia dialogando com esse instituto e com o próprio Kopper, entrei em contato com ele pra tentar ver se ele tinha algum acesso, alguma informação e alguma documentação.

A minha pesquisa ela tinha como intuito, eu como administrador, entender como é que funcionavam esses processos dentro de uma empresa.

Uma empresa, a princípio, é uma instituição voltada, pensada para a condução econômica, geração de lucro. Como é que uma prática de violência dentro da empresa, sequer era percebida ou não era notada, ou, de alguma forma, passava despercebida pelo corpo de trabalhadores. E aí o meu intuito, o meu objetivo, sempre foi entender como é que a empresa, de alguma forma, atuava pra normalizar, tornar aquelas atividades naturais, comuns. Pra isso eu tive que dar um passo atrás e primeiro entender que práticas eram essas. Quais eram as violências que a Volkswagen praticava contra os seus trabalhadores. Numa divisão meramente didática, pois eu acho que violência é violência de qualquer forma, eu as separei de acordo com a sua natureza e com seu tipo, e aí você tinha violência física, então basicamente adoecimentos decorrentes do trabalho, acidentes e morte. A violência econômica, que é a exploração do trabalhador, então aumentava a intensidade do trabalho, a extensão da jornada, o pagamento de salário era muito reduzido, o reajuste, e a própria rotatividade. A violência psicológica, ou seja, tinha muita questão de assédio, pressão pro cara trabalhar mais era feita em cima de assédio. A violência simbólica, pois tinham trabalhadores ali, da própria classe operária, que eram cooptados para se voltar contra a classe trabalhadora, e isso eu chamo de violência política, que é a minha ênfase aqui nessa fala, justamente por entender como é que se deu a violência política da Volkswagen, como é que ela atuou de maneira a naturalizar ou normalizar essa violência.

A violência política na Volkswagen ela se dá de algumas maneiras. Primeiro, era uma relação estreita que a Volkswagen, por meio do seu departamento de segurança industrial, a gente vai ver mais pra frente, tenho aqui um organograma que tinha um departamento chamado departamento de segurança industrial que, à princípio, oficialmente, ele era um departamento voltado pra cuidar do patrimônio da empresa, não deixar que ninguém deteriorasse nada, ninguém roubasse nenhum equipamento da empresa, mas era esse órgão que fazia a relação com os órgãos de repressão, basicamente o DOPS, posteriormente o DEOPS, que era a polícia política criada na época da ditadura. Como é que se dava esse relacionamento? Tanto em termos de denúncia do próprio setor de

segurança industrial, então se havia uma distribuição de panfletos considerada subversiva no interior da fábrica o chefe do departamento de segurança industrial, na figura do Adhemar Rudge, chamava a polícia política e falavam, dependendo da distribuição desses panfletos, entregavam fichas funcionais dos seus trabalhadores. Aqui tem uma ficha funcional dos trabalhadores, e assim, entregavam de uma forma voluntária, não há nenhum indício de que ele tinha sido coagido ou que houvesse um mandado para entregar essa documentação. Em algumas observações nas fichas dos trabalhadores já anunciavam que eles estavam sob vigilância, que esses trabalhadores estavam sob vigilância por serem considerados subversivos. Subversivo poderia ser um operário sindicalizado, um operário que tinha uma atuação sindical, ou seja, levava o jornal do sindicato pra dentro da fábrica, tentava conversar com os trabalhadores, ou alguém ligado a algum partido de esquerda, partido comunista, que à época era proibido.

Nesse caso, tem um caso bem emblemático, que é a prisão de seis trabalhadores que faziam parte de uma célula do PCB dentro da Volkswagen. A Volkswagen, como eu disse, era uma empresa de notoriedade nacional muito importante, inclusive para os movimentos de esquerda, ou seja, era uma boa entrada pra eles conseguirem agrupar os trabalhadores, organizar os trabalhadores da Volkswagen pra sua própria causa. E no caso da prisão desses seis trabalhadores tem um documento da polícia política que ele diz explicitamente que essa prisão só logrou êxito, ou seja, só teve sucesso por conta do alinhamento e colaboração que este departamento, ou seja, este departamento de polícia política desenvolveu com o setor de segurança industrial. A violência política ela era praticada por meio desse compartilhamento de informações, e a partir do momento em que a Volkswagen compartilhava as informações dos seus trabalhadores com o DEOPS/DOPS, essa informação circulava por todo o sistema de informações Brasil, então ia lá pro CISA da aeronáutica, pro serviço de inteligência do exército, pra que essa informação pudesse ficar disponibilizada pra todos esses órgãos. Além desse compartilhamento de informações, tem aquilo que eu chamo de uma violência mediada, ou seja, por conta desse compartilhamento de informações ou por conta da atuação

da Volkswagen, alguns trabalhadores foram presos e torturados, e esse é o caso bem emblemático do Lucio Bellentani que serve de exemplo pra representação e pro processo. Ele foi preso dentro da planta da Volkswagen e começou a ser torturado dentro da própria fábrica. Primeiro prendem um outro trabalhador, que denuncia os demais, e o Lucio ele é preso dentro da própria fábrica e começa a sofrer torturas dentro da própria fábrica. Tem um outro caso também do José Miguel, que a ficha funcional dele tava no DEOPS, a ficha funcional dele de empregado da Volkswagen tá no arquivo do antigo órgão repressivo, ou seja, a Volkswagen passou a ficha dele, ele foi preso, torturado. Não foi a Volkswagen que torturou, mas ela mediou essa violência, se não fosse por ela, se não fosse por esse compartilhamento de informações, a polícia política nunca teria chegado até essas pessoas, e não teriam praticado essa violência.

Tem uma outra questão que eu acho importante destacar, pois sempre fala-se no Brasil em listas negras. O que eram essas listas negras? Como é que elas funcionavam? Eram listas dos com os nomes dos trabalhadores considerados subversivos, que eram subversivos e que eram sindicalistas ou ligados a movimentos de esquerda, que eram compartilhados com as outras empresas. Criou-se no Brasil o polo automobilístico, ali em São Bernardo do Campo, onde a Volkswagen atuava com outras empresas do setor automobilístico. Ela e outras empresas da mesma região organizavam e faziam reuniões periódicas do CECOSE, Centro Comunitário de Segurança. Eram os diretores dos departamentos de segurança industrial que se encontravam pra trocar informações e essas informações eram desde ‘o funcionário tal foi demitido’ até ‘o funcionário que está distribuindo panfletos na Volkswagen’. E, a partir daí, com essa troca de informações, circulavam-se listas com o nome desses trabalhadores e que bloqueava também o acesso deles ao mercado de trabalho, esse cara não era mais contratado, ele tinha uma especialidade em termos de atuação no mercado automobilístico, do setor automobilístico, e ele não conseguia mais emprego em nenhuma daquelas empresas porque essa informação com o nome dele circulava.

Após identificar todos esses tipos de violência inclusive a violência política, eu passei a tentar entender como que a Volkswagen atuava, qual

eram as práticas que ela adotava pra que essa violência fosse, de alguma forma, normalizada ou naturalizada. Essas práticas que ela adotava, não necessariamente ela adotava intencionalmente, com a intenção de normalizar essa violência. Muitas vezes eram práticas empresárias cotidianas que tinham como decorrência ou consequência essa normalização da violência. Eu separei em quatro grandes dimensões de normalização. A primeira delas eu chamo da dimensão da burocracia, ou seja, toda a burocracia empresarial pra fazer uma empresa funcionar, ela era voltada também pra prática da violência política no interior da fábrica. Ali você tinha, por exemplo, divisão do trabalho. Não a divisão do trabalho na construção e montagem de veículos, mas na produção dessa violência. Isso aqui na esquerda é um boletim de ocorrência. Eu não sei na Argentina, mas no Brasil boletim de ocorrência é o nome do documento que é feito pela polícia. Se você for roubado na rua e você vai à polícia, eles fazem um boletim de ocorrência. Na Volkswagen eles adotavam exatamente o mesmo nome pra problemas e questões internas da empresa. O boletim de ocorrência ele era utilizado tanto pra um roubo quanto para casos de grevistas. E aí foram encontrados aproximadamente 200 boletins de ocorrência relativos às greves de 1979 e, predominantemente de 1980, com os relatos das ações dos grevistas, não apenas no interior da fábrica, mas também fora. Então tem muito boletim de ocorrência que tá relatando a atuação grevista fora da fábrica, seja porque algum companheiro dele viu, chegou lá e fez esse boletim de ocorrência, seja porque tinham agentes do departamento de segurança industrial espalhados pela cidade e também infiltrados nos sindicatos pra trazer informações sobre a atuação sindical, quando ia ter uma greve. No rodapé do boletim de ocorrência a gente percebe que ele é todo seccionado, ou seja, ele passava por diversas instâncias. Uma pessoa era aquela que tomava o depoimento, e ele ia passando esse boletim de ocorrência por diversas instâncias da corporação, da empresa, para que eles dessem lá o aval, assinassem. Essa divisão do trabalho, obviamente, afasta aquele que tá executando aquela função da consequência que aquilo vai ter. É o caso clássico lá do Eichmann descrito por Hannah Arendt no livro *“Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a Banalidade do Mal”*. Ou seja, ‘eu estou “simplesmente” coletando o

depoimento de um trabalhador, ah, se depois ele foi preso e torturado, não é minha responsabilidade'. Não argumento que não fosse, mas afasta o executor daquela ação da sua consequência, e o trabalho de violência política, se é que dá pra chamar isso de trabalho, mas era muito compartimentado. Existem mais ou menos de uma a seis instâncias pelo qual esse boletim de ocorrência passava pra que ele pudesse tomar forma. Uma outra questão é o que eu chamo de rotinização. Se vocês perceberem, ele é um documento padronizado, não é algo clandestino, não foi redigido a mão não. Ele era um documento padronizado, formalizado, onde a pessoa só tinha o trabalho de preencher espaços, preencher. Esse documento era um documento da Volkswagen, inclusive tem o logo da Volkswagen, ele já era todo pré-preenchido e quem ia preencher só precisava ali alguns campos, e a partir dali eles passavam isso pra polícia política. Isso foi encontrado no arquivo da polícia política, mas é um documento da Volkswagen. Passavam toda essa documentação para a polícia política e aí a gente hoje teve acesso porque o arquivo se tornou público. Era um documento já pronto, alguns campos a empresa ia lá e preenchia. Isso cria uma facilidade pra quem está preenchendo essa informação. Na greve de 1980, em quatro ou cinco dias você tem ali cento e poucos boletins de ocorrência feitos. Tem um dia, que se eu não me engano, são trinta e quatro boletins de ocorrência feitos, ou seja, a produção em massa, a linha de montagem de carros, foi estendida também pro departamento de segurança industrial pra que isso conseguisse ser produzido num volume fabril. Essa rotinização só era possível porque você tinha padrões pra que essa violência fosse praticada. Então se eu tava ali recebendo o depoimento da Victória e amanhã eu precisasse sair, uma outra pessoa conseguia colher o depoimento porque aquele trabalho estava padronizado burocraticamente. Ele estava padronizado de uma forma que ele poderia ser executado por qualquer pessoa, então isso obviamente acelera, põe numa escala muito maior, a Volkswagen ela se torna uma produtora de veículos e de violência política quase que na mesma proporção.

Tem uma questão que eu diferencio um pouco da rotinização que é a própria formalização. O departamento de segurança industrial, responsável por toda essa coação, toda essa vigilância e monitoramento dos

trabalhadores, era um departamento oficial da empresa, ele tava ligado a um organograma. O departamento de segurança industrial, com suas subchefias, era o departamento responsável por essa vigilância. Se eu, que sou um trabalhador da Volkswagen, vejo esse departamento no organograma, um documento oficial da empresa, minha percepção é que obviamente aquilo ali não é nada ilegal. Como foi há pouco tempo na Odebrecht, onde você tinha um departamento de propina de suborno. Essa formalização do departamento de segurança industrial ajudava a humanizar a violência que ele mesmo praticava, principalmente para aqueles que não eram vítimas dessa violência. Uma outra questão que era atribuída ao departamento de segurança industrial era a relação de autoridade e obediência. Tem um autor, o sobrenome dele é Kelman, que ele vai falar: É muito mais fácil, muito mais natural, você obedecer e entender uma ordem dada por uma autoridade. Então, numa sala de aula, quando o professor fala 'levante-se', você levanta porque ele é a autoridade da sala de aula. O departamento de segurança industrial era constituído dentro da Volkswagen como uma autoridade. Têm relatos em que o agente do departamento de segurança industrial, que eram guardas fardados, convocava uma pessoa pra comparecer e as pessoas iam. Ele ali detinha autoridade perante os seus trabalhadores. Tem até um termo muito utilizado que é 'policialesco', não sei se vocês conseguem compreender, era um departamento visto como muito 'policialesco', por que ele tinha justamente esse perfil policial, de autoridade dentro da corporação. E uma outra, ainda dentro dessa questão burocrática que ajudava a normalizar a atuação desse departamento, é justamente esse conhecimento especializado. Uma outra recorrência que tem na literatura brasileira quando fala disso é que 'a Volkswagen tinha militares na chefia do seu departamento de segurança industrial'. É verdade. Aquele ali foi o general Alcides Carneiro de Castro, que criou o departamento de segurança industrial, um militar reformado. E quando ele sai, coloca o Adhemar Rudge, um outro militar reformado pra essa posição. Abaixo do Adhemar Rudge você tinha outros militares. Mas, além da proximidade que você tinha, dado que a gente tinha um governo militar no Brasil, para além da proximidade entre militares, de um militar ali, tem mais diálogo, tem mais

proximidade com militar, o meu argumento é que esses militares eram colocados nessas posições muito por seu conhecimento especializado, tanto em termos de autoridade, de obedecer, de prender uma pessoa, a situação também pelo porte de arma e uso de arma. Hoje, a segurança privada é feita por policiais, ex-policiais, policiais em momento de folga e isso não se dá por acaso, se dá porque aquelas pessoas detêm um conhecimento especializado daquela prática. Não é qualquer um que consegue chegar lá, pegar uma pessoa no seu local de trabalho e levar presa dentro da própria fábrica. Então, por isso, o meu argumento de que era por isso que haviam tantos militares no departamento de segurança industrial da Volkswagen, sem obviamente ignorar o sistema que eles viviam, relação entre militares do governo e no departamento de segurança industrial.

Uma outra prática de normalização que, às vezes de uma forma involuntária, mas que acontecia muito, vários autores que estudam massacres, genocídios, eles falam dessa separação subjetiva entre os bons e os maus, de pessoas que detêm uma identidade e as pessoas que não detêm identidade, então muitos deles estudaram holocausto e falam que os judeus eram as pessoas sem identidade, eles não eram nada, eles não eram ninguém, eles eram pessoas sem identidade. Na Volkswagen, obviamente guardadas as devidas proporções, de forma alguma eu quero comparar um fenômeno com outro, na Volkswagen você tinha um movimento similar. Você tinha os trabalhadores dotados de não identidade, ou seja, sindicalistas, ligados aos partidos de esquerda, os considerados subversivos, e aquilo que o Antônio Negro, um escritor brasileiro, ele chama de 'o bom trabalhador', que era aquele trabalhador bem visto pela Volkswagen, que recebia todas as benesses de trabalhar naquela grande empresa, e não causava problemas. Isso fica muito claro de novo quando a gente analisa os boletins de ocorrência. Pra ilustrar isso o departamento de segurança industrial é o mesmo departamento que cuidava de roubos, crimes dentro da empresa, e é esse departamento que vai cuidar do grevista, vai cuidar, vai tomar conta do grevista, ou seja, eles colocam no mesmo patamar a pessoa que tá roubando materiais da empresa (tem caso de uso de tóxico nas redondezas da empresa) do trabalhador grevista, do trabalhador sindicalizado, eles colocam sob a mesma jurisdição. Ou seja, o

departamento de segurança industrial é o departamento que vai cuidar desses dois, ele vai aproximando esse trabalhador sindicalizado, ligado a algum movimento, numa caracterização de criminoso. Tem um boletim de ocorrência que é muito ilustrativo. Na descrição do que aconteceu, o trabalhador fala ‘eu tava no ponto de ônibus, alguém queria impedir que eu viesse trabalhar, me segura pela camisa, a minha camisa é rasgada, por isso não consegui chegar ao trabalho’. A declaração dele é somente isso. E aí, no final, tem uma observação que o próprio redator do boletim de ocorrência que coloca: ‘e a carteira do depoente continuou em posse dos grevistas’. Em momento algum ao longo do boletim de ocorrência ele cita que foi um grevista que segurou ele, que pegou a carteira de trabalho dele, poderia ter sido qualquer outra pessoa, inclusive um assalto, mas já atribuiu-se ao grevista essa mácula de criminoso, de uma pessoa, não desejada dentro da empresa. E é sempre contrastado com aquelas histórias de sucesso, têm muitos casos de trabalhador que veio da Alemanha pra desbravar o Brasil, e aí ele obteve sucesso, ou o próprio trabalhador que ingressou na Volkswagen em 1957 ou 1953, quando ela era uma empresa ainda desconhecida e hoje obtém sucesso. Essa revista é uma revista de circulação interna da Volkswagen, assim como o Pedro falou ontem, acesso à documentação interna da empresa é algo praticamente impossível. Como é que eu consegui algumas cópias dessas revistas? Porque existe um grupo de trabalhadores que têm uma página lá no Facebook, com muito orgulho de ter trabalhado na Volkswagen, que compartilha essa revista, e aí que eu baixei e comecei a ler esse material. Assim, existe a figura de um trabalhador completamente avessa, oposta, daquele trabalhador sindicalizado, daquele trabalhador que tá incluído nos movimentos sociais. Você vê claramente aquela representação da Guerra Fria, ou seja, o comunista e o não comunista. Aqui era o bom trabalhador e o trabalhador subversivo. Quando você faz essa separação, é muito mais fácil, é muito mais natural você praticar a violência expondo aquela pessoa que não tem identidade, afinal de contas aquela pessoa é “um nada”, “é ninguém”, aquela pessoa é simplesmente uma pessoa que merece ter aquelas consequências. Assim é possível naturalizar ou normalizar esse tipo de violência.

Uma outra categoria que eu chamo de controle psicológico, esse mesmo autor, Kelman, ele vai dizer o seguinte, dependendo do que você vai fazer, do nível de violência, do nível de agressividade que você vai ter, você não consegue colocar um objetivo simples, ou seja, você precisa trabalhar três vezes mais do que você trabalharia, num ritmo intenso, simplesmente pelo lucro da empresa. Ele diz que é preciso ter uma missão transcendente. A Alemanha tinha lá a pureza da raça ou qualquer maluquice dessa. A Volkswagen ela associava muito seu crescimento com o crescimento do Brasil, crescimento do Brasil grande e potente, e aí em consequência disso, ela finda por normalizar toda a violência que o trabalhador sofre, especialmente a violência econômica. Ou seja, você vai sendo explorado num ritmo de intenso de trabalho, além da sua hora, mas é pra fazer a Volkswagen crescer, e fazendo iso, você faz o país crescer. As propagandas da Volkswagen, em determinado momento, elas se confundem com uma propaganda governamental, uma propaganda muito ufanista em termos de fazer o Brasil crescer, ter esperança. O próprio balanço patrimonial, não sei como é que vocês chamam aqui, mas o relatório financeiro da Volkswagen do ano de sessenta e cinco é extremamente otimista com os investimentos e os novos rumos que o Brasil vai tomar, ou seja, ela oferece pro trabalhador um bem comum. Essa violência que você tá sofrendo é por um bem superior, um bem para além da própria empresa, pra fazer o nosso país crescer.

Por fim, outra questão que facilita a normalização dessa prática é justamente o contexto, o ambiente no qual ela tava sendo praticada. Um ambiente de violência de tortura de qualquer pessoa, sindicalizada, qualquer pessoa inclinada um pouco mais à esquerda. Assim, a Volkswagen estava inserida num ambiente de violência e a própria estruturação física dela, onde tentava sempre separar trabalhadores bons e trabalhadores ruins. Têm casos dela separar os grevistas fisicamente dos não grevistas pra eles não terem contatos. Essa é a foto do agente de segurança industrial, é um guarda, vocês veem que ele mantinha um trabalho de vigilância constante, outros trabalhadores da Volkswagen eles eram mantidos sob vigilância, seja pelo feitor da área dele, seja pelo guarda da área de

segurança industrial, e isso que eu tava explicando, a própria separação física, a disposição da fábrica que permitia esse tipo de violência.